

## **ST: Brasília – Confronto entre a iluminação do passado e reflexão sobre um presente em evolução constante**

### **PREEXISTÊNCIAS DE BRASÍLIA. RECONSTRUIR O TERRITÓRIO PARA CONSTRUIR A MEMÓRIA**

**LENORA DE CASTRO BARBO**

Mestre em Teoria, História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo FAU / UnB

Grupo de Pesquisa CNPq Cartografia Histórica FAU / UnB

lenorabarbo@gmail.com

#### **RESUMO**

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo principal reconstruir o antigo território do Planalto Central e desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: descrever e investigar o território do atual Distrito Federal (DF); resgatar e confrontar a cartografia histórica do Planalto Central; identificar e registrar os cronistas e viajantes que percorreram a região, nos séculos XVIII e XIX; levantar e reconstituir o traçado das antigas vias de comunicação do Brasil colonial que cruzavam os atuais limites do DF; e inventariar e analisar moradas rurais que fizessem parte de antigas fazendas. Contrariando a idéia de que Brasília nasceu do nada, os estudos realizados apontaram que a posição geográfica e geopolítica do território do atual DF sempre foi considerada estratégica, em especial por seus divisores de água, sobre os quais se desenvolveram estradas ancestrais, trilhadas por diversos viajantes, em épocas distintas. Dos documentos cartográficos históricos levantados, ficou a comprovação da existência de um “corpus iconográfico” do DF e da localização de vários “caminhos”, assinalados em vinte e dois mapas elaborados entre 1750 e 1896. As informações foram complementadas com o relato de dezesseis cronistas e viajantes, dos séculos XVIII e XIX, que exploraram essa região e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura e iconografia. Com o intuito de ampliar as possibilidades metodológicas de investigação, utilizou-se o Sistema de Informações Geográficas (SIG) como ferramenta para reconstituir, do modo mais circunstanciado possível, o traçado original dessas antigas estradas. Por fim, o inventário das dez moradas rurais evidenciou que, apesar das alterações inevitáveis ao longo dos anos, as construções preservam a maioria de suas características arquitetônicas – exemplares centenários, remanescentes da cultura agrária anterior à construção de Brasília, o que demonstra que o acervo patrimonial do DF extrapola os limites do Plano Piloto.

**Palavras-chave:** Preexistências de Brasília. Estradas históricas do Planalto Central. Moradas rurais do Distrito Federal.

## **ABSTRACT**

The research developed has aimed to reconstruct the former territory of the Central Plateau and took place in the following specific objectives: to describe and investigate the current territory of the Federal District; to recover and collate the historical cartography of the Central Plateau; to identify and register the chroniclers and travelers who have visited the Central Plateau in the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries; survey and reconstitute the route of the ancient pathways of the colonial Brazil, that crossed the Central Plateau, at the current limits of the DF; and finally, to identify and analyze rural dwellings from ancient farms. Contrary to the idea that Brasília sprang from nothing, studies show that the geographical and geopolitical territory's position of the current DF has always been regarded as strategic, especially for its watersheds, which have developed on ancient roads, tracked by several travelers at different times. Of historical cartographic raised, was to prove the existence of an "iconographic corpus" of the DF and the location of several "paths," marked the twenty-two maps produced between 1750 and 1896. The information was supplemented with the narrative of sixteen chroniclers and travelers of the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries, who explored the region and documented their impressions in diaries, reports, literature and iconography. Aiming to expand the possibilities of methodological research, the Geographic Information System - GIS was used as a tool to reconstruct in the most thorough possible way, the original layout of the ancient roads. Finally, the survey of ten rural dwellings showed that, despite the inevitable changes over the years, buildings that preserve most of its architectural features – centenary habitations, remainings of the agrarian culture before the construction of Brasília, those which demonstrates that the aquis DF's patrimonial exceeds the limits of the Plano Piloto.

**Keywords:** Preexistence of Brasilia. Historical roads of the Central Plateau. Rural dwellings of the Federal District.

## **INTRODUÇÃO**

A história do povoamento do interior brasileiro está vinculada à abertura das rotas terrestres e a conquista das vias fluviais a partir do século XVI, quando expedições penetram no sertão brasileiro atrás de braços indígenas. A partir dos anos

de 1700, a motivação foi a busca de materiais preciosos. Em 1719, foi descoberto ouro próximo a Cuiabá, no Mato Grosso e, a seguir, em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, e seus companheiros descobriram ouro na cabeceira do Rio Vermelho, em Goiás, dando início ao povoamento no Planalto Central. Em Goiás, as jazidas eram esparsas e poucos agrupamentos urbanos se consolidaram, com o agravante do período minerador ter tido uma curta duração: atingiu seu ponto máximo na década de 1750 e a partir daí, em vinte e cinco anos, decaiu em um terço a arrecadação do quinto (PALACIN, 1994).

A pecuária também foi fator de ocupação, quando núcleos de criação no sul de Goiás se formaram em torno de pequenas pastagens. Considerando que, como atividade econômica, quase nada podia substituir a exploração das jazidas de ouro e com léguas de campos de pastagens naturais, os moradores de Goiás recorreram à pecuária, uma atividade que dispensava a existência de cativos numerosos e que deu ao povoamento da região uma estrutura diversa daquela produzida pela mineração.

O morador primitivo de Goiás não produzia praticamente nada que devesse exportar, apenas o ouro. Mas, ainda assim, precisava ser abastecido de ferramentas, de armas, de pólvora, de roupa, de sal, e até de mantimentos. Desse modo, as atividades agrícolas não encontravam condições para um crescimento acima do rudimentar. Além das roças, que por toda parte se plantavam – de feijão, de milho, de mandioca, cultivavam-se em certas zonas de Goiás um pouco de café, de algodão (para feitura de tecidos grosseiros), de fumo, de cana e até de trigo, como em Meia-Ponte (atual Pirenópolis) e Santa Luzia (hoje Luziânia) (SILVA BRUNO apud RIEDEL, 1959).

O povoamento escasso do Planalto Central, que se elaborou dentro do ciclo do ouro e, depois, do ciclo do gado, e sua economia rudimentar, em especial por causa do isolamento e das comunicações árduas, não favorecia o desenvolvimento de núcleos urbanos.

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo principal reconstruir o antigo território do Planalto Central e desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: descrever e investigar o território do atual Distrito Federal (DF); resgatar e confrontar a cartografia histórica do Planalto Central; identificar e registrar os cronistas e viajantes que percorreram o Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX; levantar e traçar o percurso das antigas vias de comunicação do Brasil colonial que cruzavam o Planalto Central, nos atuais limites do DF; e, por fim, inventariar e analisar moradas rurais que fizessem parte de antigas fazendas.

O trabalho resultou de pesquisas históricas, investigação documental, estudo específico na literatura de viagens, pesquisas bibliográficas, iconográficas e cartográficas, visitas de campo – quando foram visitados diversos imóveis rurais em todo o território do DF à procura de moradas rurais dos séculos XVIII e XIX, e levantamento fotográfico.

## **DESCREVER O TERRITÓRIO**

Compreender a geografia e a geopolítica do Distrito Federal é condição básica para entender os itinerários dos caminhos percorridos na região pelos viajantes e cronistas, nos séculos XVIII e XIX, e reconstruir a história desse mesmo território.

Com esse objetivo, levantamos alguns dados geográficos sobre a área, tais como localização, limites, unidades de conservação, relevo e hidrografia, que traduzem as peculiaridades do 'sítio' estudado. Depois foi abordada a questão geopolítica, que influenciou a atração que o território exerceu nos séculos XVIII e XIX sobre os movimentos de migração. A região do Planalto Central, nos limites do atual DF, era, inicialmente, um local principalmente de passagem. Muitos vieram no encalço de índios para aprisionamento ou à procura das Minas dos Goias; alguns atravessaram o território a caminho das capitais de Goiás e do Mato Grosso; outros para assumir cargos no Governo; e, ainda, expedições exploradoras vieram para levantar dados sobre a Província de Goiás. A partir do final do século XIX, a grande motivação foi a transferência da Capital da República, quando diversas comissões chegaram para coletar dados na região e realizar o levantamento do território: Varnhagen, em 1877; duas Comissões Cruls, de 1892 a 1895; a Comissão Polli Coelho, a partir de 1946; e duas expedições organizadas pelo IBGE, em 1947. A exceção foi a Coluna Prestes que, entre 1925 e 1927, cruzou os limites do atual DF em função da articulação estratégica do espigão mestre e dos espigões secundários no interior do Brasil.

O conhecimento das características físicas do território do DF se deu, principalmente, por meio dos relatórios produzidos pelas comissões que estudaram a região do Planalto Central no intuito de escolher um local para onde deveria ser transferida a Nova Capital da República. A primeira a se incumbir oficialmente dos levantamentos técnicos dessa região foi a denominada "Comissão Cruls". O IBGE, já em 1941, no documento "Problemas de Base do Brasil", prestou apoio aos trabalhos executados e à área demarcada pela Comissão para a localização da Nova Capital:



Apesar da importância do seu passado, o território do Planalto Central, nos atuais limites do DF, a partir da implantação da Nova Capital teve sua história ofuscada pela história de Brasília. Nas palavras reveladoras de Sylvia Ficher (2000):

*Arcaísmo e contemporaneidade se misturam em Brasília. E sua história continua sendo escrita no registro do mito, apresentada como ocupação primeira de um local virgem, apagados os traços de alguns séculos da história do Goyaz, agora aparentemente sem passado e sem tradições próprias, esquecidos aqueles que aqui viveram antes da sua construção.*

## **MAPEAR O TERRITÓRIO**

Desde épocas remotas, o homem vem utilizando-se da elaboração de mapas como meio de armazenamento de conhecimentos sobre a superfície terrestre, tendo como finalidade não só conhecer, mas, especialmente, administrar e racionalizar o uso do espaço geográfico envolvente (DUARTE, 2008). Conforme registrado nos relatos dos cronistas, os cartógrafos faziam mapas tradicionalmente juntando informações de documentos publicados por outros autores e suas próprias pesquisas de campo. Os mapas produzidos eram, muitas vezes, atos de interpretação. De toda forma, eles guardam informações geográficas que são fundamentais para a reconstrução de lugares do passado. Por diversas vezes, detêm informações não contidas em qualquer outra fonte escrita, tais como nomes de locais, fronteiras e aspectos físicos que podem ter sido modificados ou apagados pelo homem e pelo tempo. Mapas históricos capturam as atitudes daqueles que o fizeram e representam as “visões de mundo” de sua época.

Com o objetivo de localizar o itinerário de importantes vias de comunicação estabelecidas ainda no período colonial, que passavam pelo Planalto Central nos limites do atual DF, recorreremos à cartografia histórica, do período aproximado de 1750 até 1896. O recorte temporal dos documentos estudados se inicia a partir da criação da Capitania de Goiás, em 1748. Inicialmente, Goiás era território pertencente à Capitania de São Paulo e quando ganhou autonomia abrangia os atuais Triângulo Mineiro, Tocantins, parte do Mato Grosso e Maranhão. Só se tem notícias de produção cartográfica especificamente da Capitania de Goiás a partir de 1750, quando são divulgados os primeiros documentos produzidos a mando do Governador. O período estudado se encerra em 1896, por ser a data do último mapa produzido no século XIX

para essa região de que tivemos conhecimento. Todos os documentos cartográficos desse período que registraram caminhos, estradas, sítios ou rios em área limítrofe ou nos limites de onde se encontra o atual DF foram analisados.

Considerando que alguns dos mapas selecionados foram encontrados em mais de uma fonte e como todas elas foram referenciadas, optamos por manter o nome do mapa designado por cada uma de suas fontes, assim como o autor e o ano a que é atribuído por essa mesma fonte. Dessa forma, documentos similares, às vezes, se apresentam com nomes diferentes, são atribuídos a autores distintos e em datas discrepantes, conforme a informação prestada pela fonte consultada, resultando na análise de vinte e dois mapas, nove do século XVIII e treze do século XIX, em trinta e cinco documentos cartográficos. Após o detalhamento desses documentos cartográficos, foi elaborado quadro com a sistematização das principais informações sobre cada um, permitindo uma análise comparativa entre eles. Na figura 2 é mostrada a representação parcial do quadro elaborado.

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL
<b>século XVIII</b>					
1		1750	Atribuído por Isa Adonias à Francisco Tosi Colombina.  Documentos do AHU sugerem que o autor deste mapa é Ângelo dos Santos Cardoso, Secretário da Capitania de Goiás	ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960, p.659.  Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate	Ministério das Relações Exteriores.  Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate.
2		1751	Francisco Tosi Colombina	BERTRAN, Paulo e FAQUINI, Rui. <i>Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens</i> . Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002, p. 135.	Estado Maior do Exército, 1920. Coleção Paulo Bertran.
3		[1755] 1756	Atribuído por Isa Adonias à Francisco Tosi Colombina.  Documentos do AHU sugerem que o autor deste mapa é Ângelo dos Santos Cardoso, Secretário da Capitania de Goiás	ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960, p.660-662.  Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate.	Ministério das Relações Exteriores. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1988. Acervo de Marco Antônio Galvão.  Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate.
4		17--	s/	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. <a href="http://www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm">www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm</a> .	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Morgado de Mateus.
5		17--	Francisco Tosi Colombina	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. <a href="http://objdigital.bn.br/aciervo_digital/div_cartografia/cart1033415.jpg">http://objdigital.bn.br/aciervo_digital/div_cartografia/cart1033415.jpg</a>	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Morgado de Mateus.

Figura 2 – Representação parcial do Quadro dos Documentos cartográficos dos séculos XVIII e XIX analisados e comparados (Adaptado de BARBO, 2010:80-92).

Os itinerários descritos nos documentos estudados nos deixam a certeza que o Planalto Central, nos limites do território do atual DF, era uma passagem importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso. Pela toponímia dos sítios e marcos naturais levantados, podemos reconhecer diversos lugares ainda hoje existentes: Formosa, Mestre d'Armas, Ponte Alta, Sobradinho, Lagoa Feia, rio Maranhão, rio São Bartolomeu, Gama, Contagem, Rodeador, etc.

A análise dos documentos cartográficos selecionados corrobora a afirmação do historiador Paulo Bertran (2000), para quem as principais vias de comunicação do Brasil colonial passavam pelas fronteiras do Parque Nacional de Brasília, hoje Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, uma Unidade de Conservação aprovada pela UNESCO.

## **VIAJAR PELO TERRITÓRIO**

Para ampliar o conhecimento do território do atual Distrito Federal, e considerando que, em geral, a historiografia de Brasília omite alguns séculos da história dessa região, foram utilizados dados sobre as paisagens extraídos dos relatos dos cronistas e viajantes que a exploraram e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura, cartografia e iconografia, nos séculos XVIII e XIX. Dos relatos estudados foram destacados pequenos trechos que descrevem caminhos ou costumes dessa região ou, ainda, que permitem o cruzamento de informações de épocas diferentes, tanto com o registro dos viajantes entre si, quanto com as informações assinaladas nos diversos documentos cartográficos.

Os relatos desses memorialistas compõem um precioso conjunto documental para a análise desse tempo se tomados no conjunto das impressões sobre as paisagens naturais e humanas, possibilitam ampliar o entendimento geográfico e a perspectiva histórica da região, assim como tecer raciocínios sobre diversos aspectos de sua vida social, política e econômica.

A toponímia de sítios e acidentes naturais assinalados ao longo dos relatos de diferentes viajantes que exploraram o Planalto Central se repetiu com muita frequência. Considerando que citavam nominalmente os pontos transpostos, podemos reconhecer hoje os locais por onde andaram, visto que muitos ainda conservam a mesma toponímia. Uma dificuldade recorrente e nem sempre vencida com os roteiros e documentos cartográficos estudados foi descobrir quando se referiam a um lugar específico ou a um acidente geográfico.

Foi analisado o material produzido por dezesseis cronistas, sendo quatro do século XVIII e doze do século XIX: José da Costa Diogo (1734); Tosi Colombina (1750); José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (1773); Luís da Cunha Menezes (1778); Johann Emanuel Pohl (1818); Auguste de Saint-Hilaire (1819); Raimundo José da Cunha Matos (1823); José Martins Pereira de Alencastre (1863); Visconde de Taunay (1875); Virgílio Martins de Mello Franco (1876); Francisco Adolfo de Varnhagen (1877); Oscar Leal (1889); Luiz Cruls (1892-1895); Hastimphilo de Moura (1892-1895); Antonio Martins de Azevedo Pimentel (1892-1893) e Henrique Morize (1892-1895). Após os estudos sobre os documentos produzidos por esses memorialistas, foi elaborado quadro com a sistematização das principais informações sobre cada um, permitindo uma análise comparativa entre eles. Na figura 3 é mostrada a representação parcial do quadro elaborado.

VIAJANTE / CRONISTA	Imagem	Ano da viagem	Registros de viagem	Mapas	Nascimento e morte	Nacionalidade	Formação intelectual e títulos	Ocupação	Objetivos da viagem
<b>Luís da Cunha Menezes</b>		1778			1743 1819	português	Médico em Coimbra Capitão de Infantaria	Governador da Capitania de Goiás de 1778 a 1783 Governador de Vila Rica de 1783 a 1788	Chegar à Capital Vila Boa para tomar posse no Governo da Capitania de Goiás
<b>Johann Emanuel Pohl</b>		1818			1782 1834	austriaco	Médico Geólogo Botânico	Integrou a Missão Austríaca ao Brasil Prof. de Botânica da Universidade de Praga	Membro da Missão Austríaca, de 1817 a 1821, foi designado para cuidar de assuntos mineralógicos e pelas questões botânicas
<b>Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire</b>		1819			1779 1853	francês	Botânico Naturalista	Membro da Embaixada da França Colaborador do Museu de História Natural de Paris Membro da Academia Real de Ciências de Paris	Estudar os produtos vegetais do Brasil. Também se interessou pela utilização do solo, pela agricultura, pelos aspectos sociais e pelas ocupações urbanas visitadas
<b>Raimundo José da Cunha Matos</b>		1823			1776 1839	português	Matemático Brigadeiro Comendador Imperial da Ordem de Avis Fundador e 1º Vice-Presidente do IHGB	Historiador Governador das Armas Cívicas e Militares de Goiás de 1823 a 1826 Deputado por Goiás por 2 legislaturas	Realizar o reconhecimento da Capitania de Goiás

Figura 3 – Representação parcial do Quadro dos Cronistas e viajantes do Planalto Central nos séculos XVIII e XIX (Adaptado de BARBO, 2010:151-155).

Afinal, quem eram os viajantes do Planalto Central nos séculos XVIII e XIX? Não podemos nos esquecer que naquele tempo viajar significava passar semanas a fio no lombo de um cavalo, muitas vezes por trilhas íngremes; enfrentar condições meteorológicas adversas; dormir ao relento ou depender da hospitalidade de moradas

extremamente modestas. O universo pesquisado foi bastante amplo e reuniu de tropeiro a governador, num período que vai de 1734 até 1896. Os levantamentos realizados demonstram a existência de um rico material sobre esses memorialistas, com infinitas possibilidades de pesquisa, mas, curiosamente, não se tem notícias de uma base de dados sistematizada sobre os cronistas ou viajantes dessa região.

## **CAMINHAR PELO TERRITÓRIO**

Os estudos evidenciaram que, há dois séculos e meio, atravessavam o Distrito Federal antigas estradas da história da colonização brasileira, curiosamente ligando Brasília às capitais que a antecederam: Salvador e Rio de Janeiro. Um dos desafios da pesquisa foi reconstituir da forma mais circunstanciada possível o traçado original desses caminhos. Foi realizada a análise da cartografia histórica, do período que vai de 1751 a 1896, cujos itinerários assinalados foram confrontados com as informações registradas em mapas da região produzidos em época imediatamente anterior à inauguração de Brasília, 1958 e 1960. Ao todo, foram analisados dez mapas, sendo três do século XVIII, cinco do século XIX e dois do século XX.<sup>1</sup>

Com o intuito de ampliar as possibilidades metodológicas de investigação, utilizou-se o Sistema de Informações Geográficas (SIG) como ferramenta base para a busca do conhecimento do território e das dinâmicas das expedições que passaram pela região, o que resultou na reconstituição do passado com a ajuda de tecnologias usualmente voltadas para o futuro.

A reconstituição se realizou em cinco etapas. A primeira consistiu no levantamento e seleção dos documentos cartográficos a serem estudados. Na segunda etapa, os mapas históricos foram convertidos em formato digital e georeferenciados, a partir do SICAD de 1991, atualizado em 1997. A digitalização individual em tela das estradas por mapa foi a terceira etapa, como o exemplo da Figura 4. A quarta etapa consistiu na sobreposição do percurso das estradas registradas nos mapas históricos a uma imagem do satélite CBERS – *China Brazil Earth Resource Satellite*, do ano de 2008, cujo resultado foi consolidado num novo mapa do DF, de 2009, tendo como objetivo a reconstituição dos itinerários, em bases cartográficas atuais. Por fim, na quinta etapa, este novo mapa foi transformado num modelo tridimensional do território do DF, utilizando as imagens e os dados de

---

<sup>1</sup> O conteúdo desta pesquisa recebeu, em 15/12/2009, Menção Honrosa da Comissão Julgadora do II Prêmio José Aparecido de Oliveira – JAO. O Prêmio JAO é concedido pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal a trabalhos e projetos desenvolvidos em prol da preservação da capital do país.

topografia digital do *Shuttle Radar Topography Mission* – SRTM (Figura 5).

A partir do material organizado, é possível perceber que praticamente todas as estradas analisadas cruzavam o território do DF em sua porção norte, pelas regiões altas, isto é, pelas chapadas, o que coincide com o relato dos viajantes.

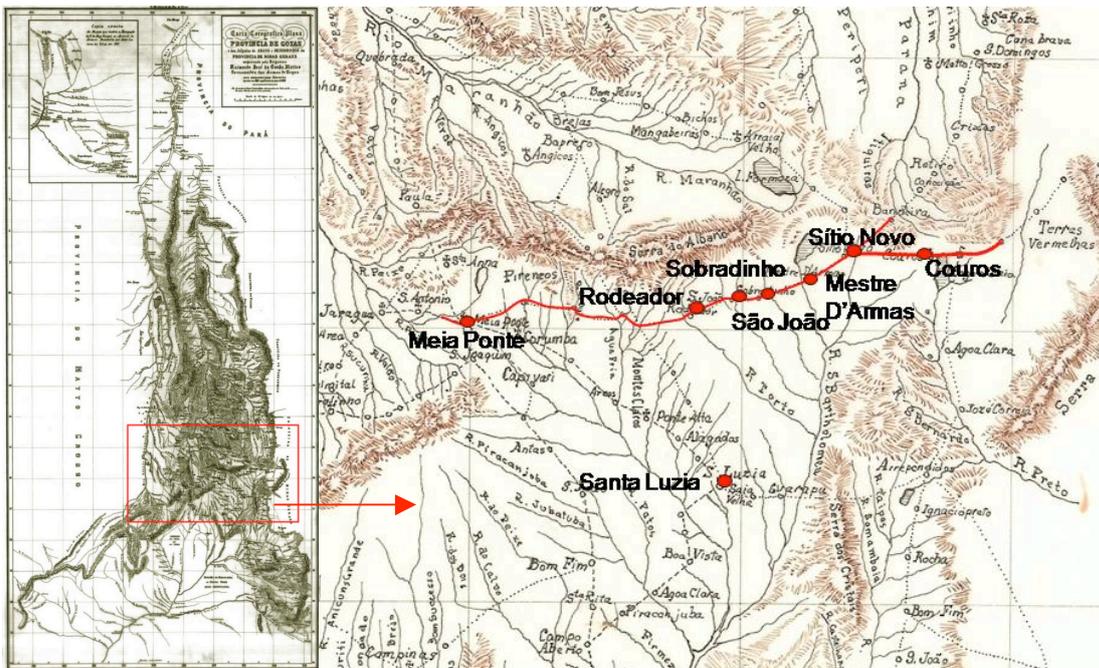


Figura 4 - Carta Corográfica da Província de Goiás, de 1836 (COSTA, 2007:173). Detalhe da Carta Corográfica da Província de Goiás, com estrada ancestral em destaque vermelho.

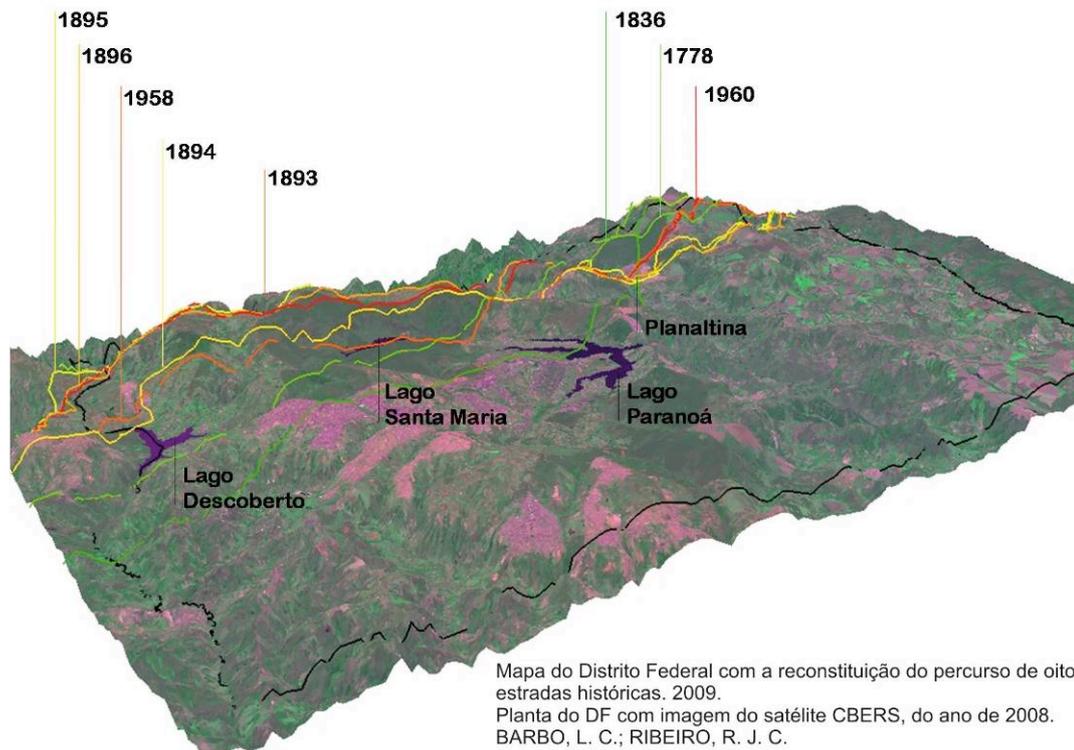


Figura 5 - Mapa tridimensional do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de estradas históricas, do ano de 1778 até 1960 (BARBO, 2010:179).

Embora muito próximas umas das outras, as estradas não são exatamente coincidentes. É preciso considerar que o uso de mapas distintos, em escalas variadas, é um problema para análises espaciais, pois existem diversos níveis de detalhamento, permitindo que um mesmo objeto sofra diferentes abordagens espaciais. Outro possível fator de distorção foi o processo de escanerização de mapas históricos, por se tratar de papéis antigos, o que pode deformar a estrutura do documento.

Ainda assim, podemos afirmar que as dificuldades não criam impossibilidades, pois, mesmo sem perfeita exatidão, o resultado trouxe confiabilidade, permitindo clara observação e entendimento dos percursos e já se apresenta como norteador para pesquisas de campo na procura por remanescentes. Ao que tudo indica, era sobre o “Espigão Mestre do Brasil” e os “espigões secundários”, tão bem descritos por Polli Coelho (IBGE, 1948), que se estendiam os caminhos que cruzavam essa região. Nesse mesmo sentido, a comparação entre o “Mapa Hidrográfico do Distrito Federal” (Figura 6) e o “Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de estradas históricas, do ano de 1778 até 1960” (Figura 7), permite claramente perceber que o desenho natural dos divisores das Regiões Hidrográficas da Bacia Araguaia/Tocantins e da Bacia Paranoá é bastante similar ao itinerário das

estradas ancestrais. Ainda hoje, é possível observar seus vestígios nos chapadões da Apa do Cafuringa, na Região Administrativa de Sobradinho/DF (Figura 8).

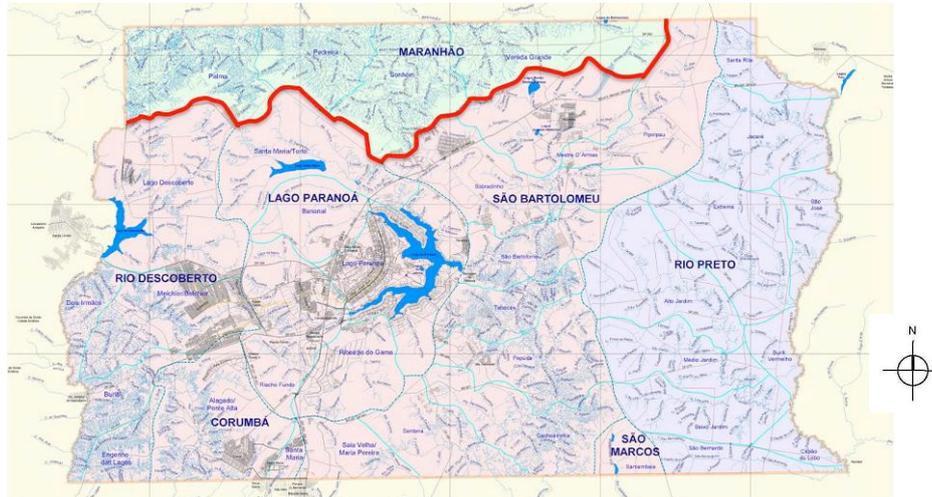


Figura 6 - Mapa Hidrográfico do Distrito Federal (Adaptado de SEMARH, 2006). Limite entre as Regiões Hidrográficas da Bacia Araguaia/Tocantins e da Bacia Paraná destacado em vermelho.

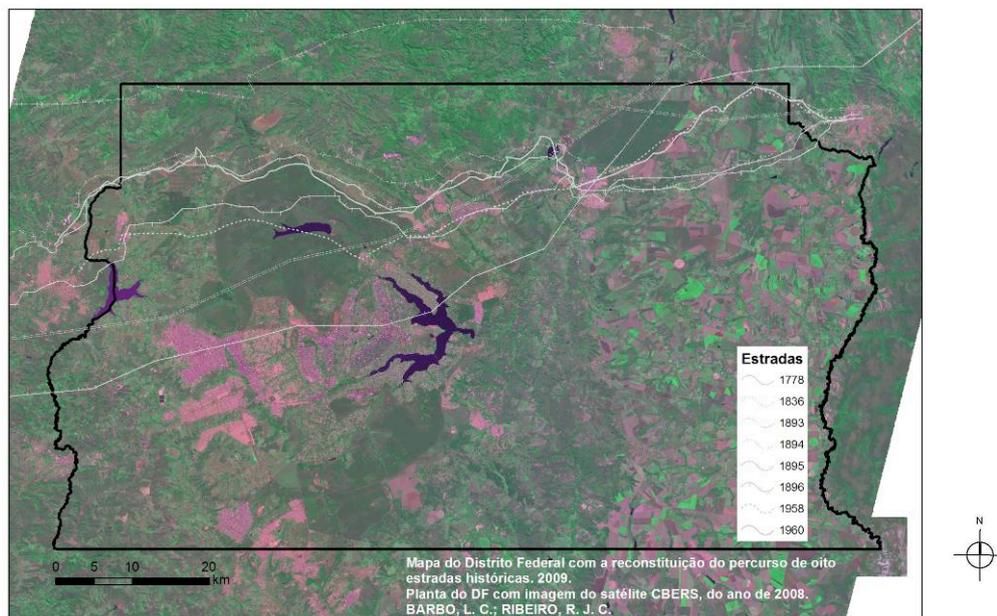


Figura 7 - Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de estradas históricas, do ano de 1778 até 1960 (BARBO, 2010:176).



Figura 8 - Vista aérea sobre a Apa do Cafuringa (SEMARH, 2005:397). Os chapadões com vestígios de estradas ancestrais.

## MORAR NO TERRITÓRIO

A localização geográfica de Goiás em relação ao litoral brasileiro resultou no estabelecimento de uma rede de estradas ancestrais e no desenvolvimento, especialmente nas moradas rurais, de um modo de vida particular, com a adoção de soluções para os problemas que lhes eram próprios. Pesquisa desenvolvida por Lena Freitas e Nancy Silva (1995) demonstra que os estabelecimentos rurais goianos diferem, fundamentalmente, daqueles que, em regiões litorâneas, têm sido estudados por historiadores, sociólogos, economistas, arquitetos e outros especialistas.

*No Centro-Oeste, e em Goiás em particular, inexistiu a agricultura de exportação, tal como praticada no Nordeste e no Sudeste. Com poucas exceções que confirmam a regra geral, predominaram, durante as primeiras décadas de colonização, as pequenas propriedades rurais com meia légua em quadra, localizadas próximo à boca das minas. (...) Plantando roças de subsistência nas quais se praticava o cultivo da mandioca e do milho (...) essas fazendas diferiam das 'plantations' litorâneas não somente pela dimensão menor, como também pelo fato de serem trabalhadas por braços da própria família do proprietário, acrescidos eventualmente de um número limitados de escravos (...). A vida quotidiana era trabalhosa e árdua, despida de quaisquer veleidades de luxo e até mesmo de conforto. A moradia, o transporte, os utensílios domésticos revestiam-se de feição utilitária, sem preocupações estéticas (FREITAS; SILVA, 1995).*

A construção da Nova Capital se deparou com uma ocupação tradicional na

forma de vida e de produção, onde os antigos moradores tinham a pecuária como sua principal atividade econômica. Para compreender a morada rural das antigas fazendas goianas, encontrada nos limites do atual DF, fizemos uma análise da arquitetura vernacular brasileira, sua origem, principais características e os materiais e sistemas construtivos utilizados. Pesquisamos, a seguir, a arquitetura civil de Goiás, particularmente, o agenciamento espacial do corpo da casa goiana.

A partir de então, com o objetivo de levantar informações relacionadas à arquitetura rural do Planalto Central, foram realizadas pesquisas nas antigas fazendas, cujas terras foram desapropriadas para a construção de Brasília, localizadas em diversas Regiões Administrativas e que, potencialmente, poderiam abrigar remanescentes da arquitetura vernacular do Centro-Oeste. Foram encontrados dez exemplares cujas características permitem supor serem edificações erguidas nos séculos XVIII ou XIX, quais sejam: casas das fazendas Curralinho; Desterro; Gama; Monjolo I; Monjolo II; Saco Grande I; Saco Grande II; Sobradinho I; Sobradinho II; e Fazenda Velha (Figura 9).

Como particularidade, temos que, das dez moradas inventariadas, cinco foram selecionadas anteriormente como Patrimônio Vernáculo Rural pelo GT/Brasília<sup>2</sup> (1985) quando, em estudos desenvolvidos na década de 80, destacou a importância da preservação de doze exemplares de arquitetura vernacular do Centro-Oeste localizados no território do DF. As cinco moradas rurais são: Casa da Fazenda Curralinho, na Região Administrativa de Brazlândia; Casa da Fazenda Gama, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante; Casa da Fazenda Monjolo, na Região Administrativa de Planaltina; Casa da Fazenda Saco Grande I (Fazenda Jardim), na Região Administrativa do Paranoá; e Casa da Fazenda Sobradinho I (Sobradinho), na Região Administrativa de mesmo nome.

---

<sup>2</sup> O GT/Brasília, que atuou de 1981 até 1988, foi criado pelo – IPHAN, então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/Fundação Pró-Memória, juntamente com o GDF e a Universidade de Brasília – UnB para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília.

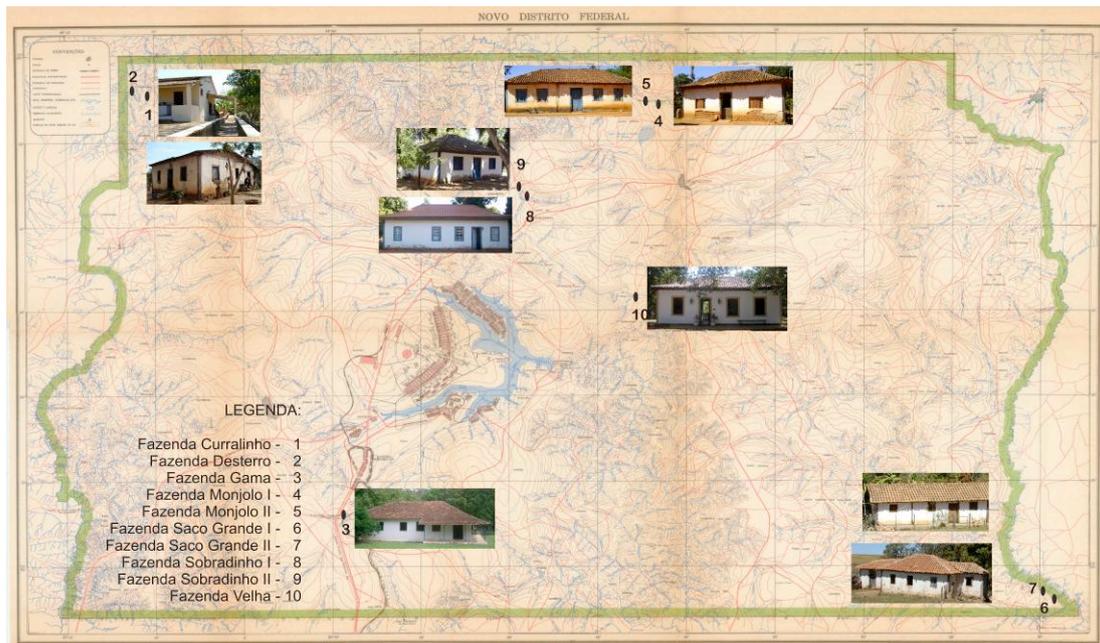


Figura 9 – Localização no território do DF das dez moradas rurais inventariadas (Adaptado de IBGE, 1960:707).

O inventário realizado consistiu no levantamento arquitetônico da morada rural, em registros fotográficos da edificação, no levantamento das características relacionadas, especialmente, com a localização no espaço geográfico do DF, os padrões arquitetônicos, os materiais utilizados e os sistemas construtivos. Sob a coordenação dos professores da FAU/UnB Andrey Rosenthal Schlee e Oscar Luís Ferreira, no 2º semestre de 2008, os alunos da disciplina PROAU VIII participaram dos levantamentos fotográficos, medições, desenhos das plantas baixas e das fachadas das edificações.

A pesquisa permitiu constatar que uma série de características se repetem nas habitações estudadas. Em que pese a diferença de conservação entre elas, é muito próximo o aspecto ou consequência formal das moradas como produto de um programa de vida todo peculiar no isolamento do planalto. Após a análise das moradas rurais, foi elaborado quadro com a sistematização das principais informações sobre cada uma, permitindo uma análise comparativa entre elas. Na figura 10 é mostrada a representação parcial do quadro elaborado.

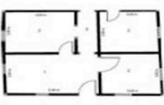
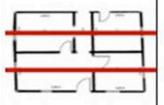
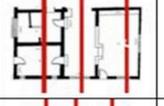
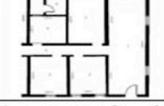
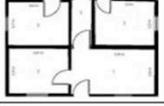
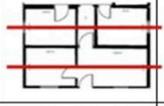
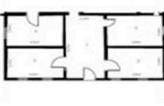
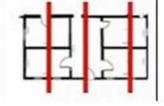
FAZENDAS	imagem	planta baixa Núcleo Básico	características Núcleo Básico	planta	área m <sup>2</sup>	cobertura	materiais	estrutura
Faz. Curralinho				planta retangular com acréscimo	NB= 52,39 Total= 81,25	cobertura de duas águas / telhas de fibrocimento / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente
Faz. Desterro				planta retangular com acréscimo	NB= 84,53 Total= 226,63	cobertura de duas águas / telhas de fibrocimento / forro de ripas de madeira	parte dos materiais originários da própria região	estrutura de madeira e de concreto
Faz. Gama				planta quadrada com acréscimo	NB= 100,00 Total= 200,10	cobertura de quatro águas / telha francesa / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente
Faz. Monjolo I				planta retangular com acréscimo	NB= 73,00 Total= 137,08	cobertura de quatro águas / telhas de capa e canal / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente
Faz. Monjolo II				planta retangular com acréscimo	NB= 66,08 Total= 133,07	cobertura de múltiplos planos / telhas de capa e canal / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente

Figura 10 – Representação parcial do Quadro-síntese das principais características das moradas rurais do DF (Adaptado de BARBO, 2010:261-262).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição geográfica e geopolítica do atual Distrito Federal sempre foi considerada estratégica, motivo pelo qual sucessivamente foi indicada para sediar a Nova Capital. Ainda assim, nos documentos estudados, não deixa de ser admirável a recorrente citação do relevo, que é caracterizado essencialmente por áreas planas ao sul e acidentado, chapadas intercaladas por escarpas, ao norte. Em especial os divisores de água, achatados, por onde se desenvolviam as estradas ancestrais – o “espigão mestre”, que, ao norte, corta o território de leste para oeste e os “espigões secundários”, que seguem para o norte e para o sul. Segundo as anotações examinadas, eles foram, repetidamente, trilhados por diversos viajantes, em épocas distintas.

Do material levantado para o desenvolvimento das pesquisas, ficou a comprovação da existência de um “corpus iconográfico” do DF e a localização de vários “caminhos”, assinalados nos documentos cartográficos históricos. Desde 1750, foram registrados nomes de locais e cursos d’água existentes nos atuais limites do DF, assim como a partir de 1778 foram assinaladas cartograficamente estradas que atravessavam a região. Apesar de, curiosamente, estas informações não constarem

de boa parte dos estudos cartográficos sobre o Estado de Goiás. Não deixam dúvidas, porém, quanto a se tratar de acidentes geográficos nos limites do atual DF, que podemos reconhecer nos dias de hoje, inclusive, pelo fato de boa parte da toponímia da região ter se mantido inalterada ao longo dos anos.

É significativa a quantidade de relatos de cronistas que se debruçaram sobre os dados do Planalto Central e, sobretudo, de viajantes que se aventuraram por essas terras, o primeiro deles em 1734. Os registros desses memorialistas contribuem para a reconstituição da história de um território conhecido por ser “sem história”. A diversidade dos relatos, a extensa linha do tempo abrangida – mais de cento e cinquenta anos – e a riqueza de detalhes permitem recompor variados aspectos da vida social, política e econômica, entre outros, de comunidades dessa região.

O uso da tecnologia SIG em documentos cartográficos históricos – que vão de 1751 a 1896 –, simultaneamente a imagens de satélite atuais – do ano de 2008 – permitiu a visualização georeferenciada da informação histórica e dirimiu dúvidas relativas a trechos do traçado original das antigas estradas. O resultado foi consolidado num novo mapa do Distrito Federal – de 2009 – com a superposição das informações dos mapas históricos georeferenciados às imagens de satélite, acrescidos com a projeção das antigas estradas sobre o território. A seguir, este novo mapa foi transformado num modelo tridimensional do território do Distrito Federal, onde percebemos melhor as características da paisagem e o grande movimento do relevo, que influenciaram em definitivo o direcionamento dos caminhos. As imagens não permitem dúvidas quanto ao fato de estradas ancestrais terem atravessado a região do Planalto Central, inclusive nos limites do atual DF.

Finalmente, o inventário evidenciou que as moradas rurais estudadas, apesar dos anos, conservam suas características tradicionais e deixam patente o contraste entre esse patrimônio vernacular e as manifestações arquitetônicas modernistas de Brasília, demonstrando que o acervo patrimonial do DF extrapola os limites do Plano Piloto.

O Distrito Federal é patrimônio duas vezes: culturalmente e ecologicamente. O Plano Piloto de Brasília foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1987 e, em 1994, novamente pela UNESCO, o Distrito Federal foi reconhecido como Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase I. Existe uma profunda interligação entre esses dois patrimônios, o que enfatiza a importância do enfrentamento do desafio de conciliar desenvolvimento e conservação, em uma perspectiva de sustentabilidade (UNESCO,2003).

Também nas Cartas Patrimoniais (CURY, 2004) existem referências claras à inter-relação entre patrimônio cultural e sustentabilidade. Temos como exemplo a *Carta de Veneza*, de 1964, que trouxe pela primeira vez a idéia de sítio urbano como um monumento em si mesmo, testemunho de uma civilização particular, que tenha adquirido, com o tempo, uma significação cultural, e se fundamentou no que viria ser um dos princípios mais importantes da Agenda 21: *pensar globalmente e agir localmente* (BARBO, 2010).

No intuito de avaliar a importância atribuída pelo Poder Público ao Patrimônio Vernáculo Rural, no âmbito das políticas públicas do Governo do Distrito Federal (GDF), foi realizada análise por meio da construção de uma Cronologia do Planejamento aplicável aos limites do atual território do DF, em trinta documentos que tratam do planejamento territorial, em maior ou menor grau, desde 1894 até 2009 (BARBO, 2010).

Acerca do tema, ao longo desse período, destacam-se apenas três momentos importantes. A partir de 1981, o GT/Brasília, cujos estudos serviram de base para a elaboração do Dossiê Técnico da candidatura de Brasília a Patrimônio Mundial, foi pioneiro em demonstrar que o acervo patrimonial do DF extrapolava os limites do Plano Piloto, pois outras manifestações integravam a sua história: as fazendas antigas remanescentes, os núcleos urbanos anteriores à Brasília e os acampamentos pioneiros do período de construção da cidade. Em 1987, o GT/Brasília elaborou Anteprojeto de Lei que dispunha sobre Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano do DF e classificou doze fazendas antigas, preexistentes à inauguração da Capital, como Patrimônio Vernáculo Rural: fazendas Monjolo, Guimarães, Jardim, Bela Vista, Capão dos Porcos, Jacaré, Curralinho, Sobradinho, Sobradinho Mugí, Ponte Alta, Gama e Guariroba. O Anteprojeto, contudo, não foi homologado. Neste mesmo ano, o Plano Piloto de Brasília foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Em 1988, Comissão composta por técnicos de órgãos da administração local e federal propôs uma nova legislação protecionista, que resultou, em 1989, no Anteprojeto de Lei que dispunha *sobre a Política de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal*. Assim como no GT/Brasília, foram classificados como patrimônio: a) o Plano Piloto, b) os núcleos urbanos vernaculares, c) as mesmas doze antigas fazendas e d) os acampamentos dos pioneiros da época da construção da Cidade. Este Anteprojeto, também, não foi homologado.

Em que pese o trabalho consistente do GT/Brasília (1985) há cerca de trinta

anos, o GDF nada fez por seu Patrimônio Vernáculo Rural desde então. É urgente resgatar a importância histórica dessas moradas rurais – exemplares centenários, remanescentes da cultura agrária anterior à construção de Brasília – e executar ações voltadas para a sua proteção e preservação, antes que se apaguem seus últimos vestígios e se perca qualquer possibilidade de apreensão sobre os processos históricos específicos do território. É imperativo reconstruir o território para construir a memória, pois uma coisa é certa, os desertos eram falsos desertos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADONIAS, Isa. **Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960. 2 v.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU. **Projeto Resgate**. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>>. Acesso em: 8 dezembro 2009.

BARBO, Lenora de Castro. **Preexistências de Brasília. Reconstruir o território para construir a memória**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2010.

BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. A Cartografia Histórica e os Caminhos de Ocupação do atual DF. In: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2009, Ouro Preto. **Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado & Presente para o Futuro**. Belo Horizonte: CRCH UFMG, 2009.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Verano, 2000.

COELHO, Djalma Polli. Espigão Mestre do Brasil e conceito geopolítico do Planalto Central. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A Localização da Nova Capital da República**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. p. 9-20.

COSTA, Antonio Gilberto (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CRULS, Luiz. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. (Brasiliense, v. 258).

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DEMOSTHENES [Barbo de Siqueira], M[anoel]. **Estudos sobre a Nova Capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1947. (Coleção Interiorização da Capital do Brasil, v. I).

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE - ESRI. **GIS software that gives you the geographic advantage**. Disponível em: <[http://www.esri.com/about\\_esri.html](http://www.esri.com/about_esri.html)>. Acesso em: 16 agosto 2009.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de; SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. Antigas fazendas do Planalto Central. **Ciências Humanas em Revista**, Goiânia, n. 6, p. 113-130, jul./dez. 1995.

FICHER, Sylvia. Brasília. **Revista Projeto Design**, n 242, p. 48-52, abr. 2000.

GT BRASÍLIA – Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. **Síntese dos Trabalhos – maio de 1985**. Brasília: Ministério de Educação e Cultura; Governo do Distrito Federal; Universidade de Brasília, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **A Localização da Nova Capital da República**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Brasil: geral e regional**. 2. ed. Lucas-RJ: IBGE, 1960. Organizado pela Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **CBERS – Satélite sino-brasileiro de recursos terrestres**. Disponível em: <<http://cbers.inpe.br/?content=recepcao/>>. Acesso em: 16 agosto 2009.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**. Goiânia: Sudeco, Gráfica Editora Líder, 1979.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

RIEDEL, Diaulas (Org.). **As selvas e o pantanal: Goiás e Mato Grosso**. Seleção, introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Editora Cultrix, 1959. (Coleção Histórias e paisagens do Brasil).

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DF- SEMARH. **APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF**. Brasília: Semarh, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mapa Hidrográfico do Distrito Federal – ano 2006**. Brasília, 2006. 1 mapa, color. Escala 1:120.000.

SHUTTLE RADAR TOPOGRAPHY MISSION – SRTM. **Mission Summary**. Disponível em: <<http://srtm.usgs.gov>>. Acesso em: 16 agosto 2009.

UNESCO. **Subsídios ao zoneamento da APA Gama-Cabeça de Veado e Reserva da Biosfera do Cerrado: caracterização e conflitos socioambientais**. Brasília: UNESCO, MAB, Reserva da Biosfera do Cerrado, 2003.